

A fábula fala de ti, só que com outro nome! Colonialismo e escravidão no Livro I d'*O capital*

*The name is changed, but the tale is told of you!
Colonialism and slavery in Volume I of Capital*

Mathias Galli Tatsch*

Resumo

Karl Marx, no Livro I d'*O capital*, aponta para a necessidade de estudar a escravidão colonial moderna em detalhes uma vez que ela revelaria um mundo moldado de acordo com a imagem do burguês, fixando-a, assim, como capaz de revelar uma verdade sobre o capitalismo. O que este artigo pretende, portanto, é entender exatamente como isso poderia operar. Trata-se, pois, de um exercício para ressaltar aspectos da investigação marxiana sobre o modo de produção capitalista, considerando as relações metrópole-colônia. Para isso, além de uma leitura d'*O capital*, este artigo valeu-se também dos escritos de Marx sobre a Guerra Civil nos Estados Unidos, um tema que se faz presente ao longo de todo Livro I. Essa leitura comparada mostraria o funcionamento desse procedimento investigativo, que parte do particular e da história para retirar uma verdade sobre a lógica geral do capitalismo.

Palavras-chave: colonialismo; crítica; escravidão; economia política; Marx

Abstract

Karl Marx, in the first volume of *Capital*, points to the need to study modern colonial slavery in detail since it would reveal a world shaped according to the image of the bourgeoisie, establishing, thus, the colonial slavery as a structure able to reveal a truth about capitalism itself. Therefore, this article intends to understand how this could work. This is, then, an exercise to highlight aspects of Marxian investigation of the capitalist mode of production, considering the metropolis-colony relations. To do so, in addition to the reading of *Capital*, this article also draws on Marx's writings on the Civil War in the United States, a theme that is present throughout Volume I. This comparative reading between these two Marx's texts shows the functioning of this investigative procedure, which departs from the particular historical fact to extract truth concerning the general logic of capitalism.

Keywords: colonialism; critic; slavery; political economy; Marx

* Aluno do Bacharelado em Ciências e Humanidades e do Bacharelado em Filosofia na Universidade Federal do ABC (UFABC). Email: mathias.galli@aluno.ufabc.edu.br.

Introdução

Há um curioso comentário, feito por Marx já ao final de seu Livro I d'*O capital* (2017), no qual declara:

É preciso estudar essa questão [da escravidão] em detalhe, para ver o que o burguês faz de si mesmo e do trabalhador lá onde tem plena liberdade para moldar o mundo segundo sua própria imagem. (Marx, 2017, p. 821)

De fato, por se tratar de uma breve nota de rodapé, poderia parecer, e com razão, que estamos diante de um comentário marginal e de importância reduzida para o argumento central da obra. Apesar de seu lugar aparentemente acessório, de forma alguma o conteúdo de sua afirmação é trivial, pois o que Marx faz é reconhecer na escravidão e na colônia uma verdade sobre o modo de produção capitalista. Que ele tenha identificado no trabalho escravizado realizado nas colônias um *locus* privilegiado para a observação da metrópole é algo que fica claro nos seguintes trechos, nos quais afirma, por exemplo, que o mérito de obras como *England and America*, de E. G. Wakefield, “não é o de ter descoberto algo novo sobre as colônias, mas o de ter descoberto, nas colônias, a verdade sobre as relações capitalistas da metrópole” (Marx, 2017, p. 836); ou então quando, ainda no mesmo capítulo, ele assevera que o que lhe interessa é “apenas o segredo que a economia política do Velho Mundo descobre no Novo Mundo” (Marx, 2017, p. 844).

Mas como poderia o trabalho escravizado e a colônia comportarem e trazerem à luz algo sobre o capitalismo? E qual seria a verdade revelada? Nestas perguntas estão sintetizados os interesses deste artigo. Procederemos da seguinte forma: primeiro, procuraremos situar o par colônia-metrópole tal como Marx o concebe n'*O capital*. Em seguida apresentaremos a “fábula que fala de ti”, isto é, a senha que parece expressar o funcionamento do mecanismo pelo qual a colônia se torna instrumento da crítica. Depois, tentaremos reconstruir o possível caminho que levou Marx a formular essa “estratégia” crítica, ao passo que ilustramos seu manejo em ato, apontando para os resultados obtidos por nosso autor.

1. Seguindo pistas

O que este artigo se propõe a fazer não é, portanto, nenhuma novidade dentro da tradição crítica brasileira, que já há muito tempo descobriu o abre-te sésamo da periferia. Para os nossos propósitos, as descobertas feitas por Roberto Schwarz em seu *Ideias fora do lugar* (2014) são fundamentais, pois nos sugerem a chave para lermos Marx. O tema de seu ensaio é a adoção, por aqui, das ideias liberais europeias, que certamente antagonizavam e “descarrilhavam” ante a escravidão e o favor¹ que constituíam a base da sociabilidade brasileira no século XIX.

¹ Precisando os termos, dentro da sociedade escravista brasileira o *favor* constituía a relação social estabelecida entre os homens livres, nem proprietários e nem proletários, e os proprietários. Aqueles dependiam do favor, direto ou indireto, de um proprietário para terem acesso à vida social e se garantirem materialmente. Como define Schwarz, “o favor é, portanto, o mecanismo através do qual se reproduz uma das grandes classes da sociedade, envolvendo também outra, a dos que têm” (Schwarz, 2014, p. 51). O favor era “a nossa mediação quase universal” (Schwarz, 2014, p.51) e era tão estranho ao liberalismo quanto a escravidão.

Desse curioso antagonismo surgiu na vida mental e cultural de nosso país o sentimento dos desencaixes, impropriedades e dualidades nacionais inconciliáveis; um “sentimento mui conhecido, mas pouco estudado”, de modo que o problema a ser investigado em seu ensaio consistiria justamente em tentar explicar como liberalismo e escravidão puderam, não obstante sua aparente inadequação, formar sistema e operar – ou, em outras e melhores palavras, as do próprio autor, interessava estudar sua “coexistência estabilizada”. Central para nós é sua conclusão: aquilo que era “largamente sentido como defeito” facilitava, por outro lado, o ceticismo em face das novas ideologias que aqui desembarcavam, pois

Inscritas num sistema que não descrevem nem mesmo em aparência, as ideias da burguesia viam infirmada já de início, pela evidência diária, a sua pretensão de abarcar a natureza humana. [...] Em lugar de horizonte, apareciam sobre um fundo mais vasto, que as relativiza: as idas e vindas de arbítrio e favor. [...] Assim, o que na Europa seria verdadeira façanha da crítica, entre nós podia ser a singela descrença de qualquer pachola, para quem utilitarismo, egoísmo, formalismo e o que for, são uma roupa entre outras, muito da época mas desnecessariamente apertada. Está-se vendo que este chão social é de consequência para a história da cultura: uma gravitação complexa, em que volta e meia se repete uma constelação na qual a ideologia hegemônica do Ocidente faz figura derrisória, de mania entre manias. O que é um modo, também, de indicar o alcance mundial que têm e podem ter as nossas esquisitices nacionais. (Schwarz, 2014, p. 60)

Assim, de nossa peculiar condição periférica surge, além do sentimento de inadequação, a intuição de que a inserção brasileira no sistema capitalista mundial nos privilegiava com um ponto de vista único que muito tinha a revelar sobre ele. Se formos bem-sucedidos neste artigo, veremos como também em Marx a periferia funciona como esse “fundo mais vasto” que relativiza as construções mistificadoras da ideologia capitalista e revela as entranhas de seu funcionamento, sempre lembrando, é claro, que sua obra é fundamentalmente uma façanha da crítica, de modo que a verdade da colônia não aparece exatamente sob a forma desse ceticismo de qualquer pachola, mas antes como um poderoso instrumento de desvelamento.

Nesse sentido, portanto, talvez outro ensaio importante para estabelecer a perspectiva de leitura d’*O capital* aqui adotada seja *A fratura brasileira do mundo: visões do laboratório brasileiro da mundialização* (2004), de Paulo Arantes, ele mesmo fortemente influenciado pela obra de Schwarz. Seu assunto é a percepção da periferização do centro notada pela sociologia estadunidense e francesa após o fim dos 30 Anos Gloriosos na Europa. Estaríamos diante da compreensão de que o rumo tomado pela acumulação capitalista teria impresso no Centro “fraturas coloniais” (“dualização” social, racialização, guerra civil, superexploração, “oligarquização” do poder etc.) até então restritas à periferia.

Para o filósofo brasileiro, longe de se tratar uma regressão, na “brasilianização” do mundo fica evidente, para o bem ou para o mal, o lugar desde sempre ocupado pelo Brasil no sistema capitalista, isto é, fica evidente o caráter moderno e de vanguarda que distinguiria a matriz colonial brasileira desde o berço – fato este conhecido já desde Caio Prado (2011), passando por Celso Furtado (2007) e Francisco de Oliveira (1998). Diz Arantes: “a matriz colonial é sinônimo de vanguarda num sentido muito preciso: [...] o Brasil, exemplarmente, nascia para o sistema na vanguarda, isto é, como

lugar de produção” (Arantes, 2004, p. 58) Isso significa que “ocupávamos [na hora histórica de nosso nascimento enquanto colônia] o extremo quimicamente puro de uma configuração social propriamente monstruosa” (Arantes, 2004, p. 59) e inédita, na qual prevalecia e se sobrepunha com transparência cristalina a razão econômica.

Ora, dirá Arantes, a compreensão do papel vanguardista e do caráter puro do tipo de capitalismo que aqui se desenvolveu não escapou ao autor d’*O capital*, uma vez que “Marx não dizia coisa muito diferente quando apresentava a empresa colonial como a câmara de decantação da verdade oculta na metrópole”. (Arantes, 2004, p. 59) Para nós, esse comentário é precioso, pois remete de forma clara às formulações de Marx sobre o “segredo revelado pelo Novo Mundo” acima citadas e sinaliza para a possível presença de algo como um papel epistemológico desempenhado pela perspectiva periférica na obra de Marx. De modo que para nós restaria apenas a tarefa de seguir a dica de Arantes, ou seja, recolher as pistas deixadas pela colônia e aproveitadas por Marx n’*O capital* para reconstituir a verdade do capitalismo. Vejamos.

2. Situando o par colônia e metrópole

Ao longo d’*O capital*, Marx se vale da estratégia de comparar o capitalismo com outras formas sociais de modo a explicitar um conteúdo do primeiro a partir de suas diferenças com o segundo. Como coloca Kevin Anderson:

Há também uma narrativa subjacente na qual sociedades não ocidentais e pré-capitalistas aparecem ocasionalmente. Tais sociedades permearam todo o argumento de Marx a respeito do crescimento do capital, pairando em segundo plano em momentos cruciais como o “outro” da modernidade capitalista ocidental, por vezes ajudando o leitor a compreender a singularidade perversa dessa ordem social. (Anderson, 2019, p. 270)

Contudo, a nota de rodapé que abre este artigo, ao contrário, estabelece uma igualdade entre diferentes. Não se trata de realizar uma descoberta a partir de um outro absoluto da modernidade, mas a partir das particularidades dela própria. A escravidão colonial é afinal uma forma social burguesa. Mas cabe perguntar pelos termos que permitem caracterizá-la como tal.

Nesse sentido, sem dúvida, o rodapé soa estranho. Pois, à primeira vista, por onde quer que se olhe, metrópole e colônia e trabalho assalariado e escravizado parecem sempre se negar e excluir mutuamente, de modo que um teria pouco a dizer sobre o outro. Se, por um lado, a metrópole é o reino do direito, da impessoalidade, da livre disposição de si e do trabalho assalariado, do desenvolvimento técnico e científico e da razão esclarecida; por outro, a colônia é o reino da anomia, da soberana vontade do senhor, do favor e da dependência, do trabalho escravo, da violência extrema e do atraso em suas mais diferentes formas. De fato, diante de um quadro assim disparatado, o gesto de Marx se torna um tanto quanto contraintuitivo. Pois não haveria de ser a Europa o mundo feito à imagem do burguês, uma vez que, ao menos na esfera da circulação de mercadorias, ela é o “Éden dos direitos inatos do homem” (Marx, 2017, p. 250)?

Ora, não são poucos os argumentos que põem para fora do sistema capitalista e do sistema da ciência (a exemplo do panfleto liberal citado por Schwarz (2014, p.47)) as formas sociais que não se estruturam sobre os pilares sagrados do trabalho assala-

riado, do contrato, da propriedade privada e do mercado. Trilhando uma linha de raciocínio similar, algumas interpretações marxistas dirão que esse mesmo princípio de exclusão vale para a obra de Marx, de modo que suas descobertas estariam restritas ao mundo assalariado branco europeu e pouco ou nada teriam a dizer sobre o mundo colonial, ficando este de fora de sua análise.² Segundo essas interpretações, seria somente no famoso e penúltimo capítulo do livro, intitulado “A assim chamada acumulação primitiva”, que o tema colonial receberia um tratamento sistemático. Nele, Marx debate o processo histórico absolutamente violento de formação dos pressupostos e fundamentos do capitalismo; processo no qual “o papel principal é desempenhado pela conquista, a subjugação, o assassinio para roubar, em suma, a violência”. (Marx, 2017, p. 786) Nessa excruciante história, a ofensiva colonial lançada pela aliança entre a burguesia e a nobreza europeia a partir do século XV desempenha um papel crucial. Mas, mesmo aqui, os processos coloniais que caracterizam e dão o tom da acumulação primitiva constituiriam um momento histórico já encerrado, e por isso conformariam um apêndice apartado do restante da análise de Marx.³ Com efeito, a crítica marxiana se encontraria assim limitada e assumiria tons mais ou menos eurocêntricos.

Contudo, a posição de Marx, explicitada por seu comentário de forma contundente, rejeita esse “pôr-para-fora”. Em primeiro lugar porque alguns dos elementos que supostamente constituiriam um passado já encerrado eram, na verdade, contemporâneos a Marx, ou seja, eram elementos que ainda se desdobravam e se efetivavam na história – é importante lembrar que a Guerra Civil nos Estados Unidos, cuja causa é o destino do trabalho compulsório, ocorre entre 1861 e 1865. Seria interessante também salientar como na opinião de Marx, ainda que os Estados Unidos fossem independentes desde 1776 e já despontassem como potência industrial emergente, “o desenvolvimento econômico dos Estados Unidos é, ele próprio, um produto da grande indústria europeia, ou, mais precisamente, inglesa. *Em sua atual configuração (1866), eles devem ser considerados uma colônia da Europa*”. (Marx, 2017, p. 523, nota 234; ênfase adicionada) Em segundo lugar, para nosso autor, a colônia escravista participa do mundo do capital em sua estrutura e especificidade histórica, isto é, naquilo que o define enquanto tal: sua organização social também é toda ela orientada pela forma valor – entendida aqui como uma forma social historicamente determinada de produção, trabalho e riqueza. Para ele, não apenas trabalhadores não-assalariados – como, por exemplo, os escravizados nas *plantations* dos Estados Unidos – produzem valor e mais-valor, como também justamente a sua produção é o que constituía o sentido da

² Nos referimos especialmente a David Harvey (2013), que em seu guia de leitura d’*O capital* afirma que da crítica de Marx “[...] fica excluída qualquer análise das expansões geográficas, do ajuste espacial, do imperialismo e do colonialismo socialmente necessários para a sobrevivência do capitalismo” (Harvey, 2013, p. 99), já que seu foco estaria em desmontar a teoria liberal assumindo seus pressupostos utópicos, que excluem a escravidão. A exclusão dos não-assalariados se faz nítida no seguinte trecho: “[...] o valor, para Marx, não é universal, mas específico do trabalho assalariado no interior do modo de produção capitalista”. (Harvey, 2013, p. 128)

³ Novamente com a palavra, David Harvey (2013): “por todo *O capital*, mas também em muitos de seus escritos, Marx tende a relegar os processos de acumulação primitiva à pré-história do capitalismo. Uma vez acabada essa pré-história, entra em cena a ‘coerção silenciosa das relações econômicas’” (Harvey, 2013, p. 291), de tal forma que no momento em que Marx adentra no Capítulo 24, “os pressupostos que dominaram o argumento em todos os capítulos anteriores são abandonados com consequências brutais”. (Harvey, 2013, p. 279)

colonização. A seguinte passagem, contida no capítulo “A jornada de trabalho”, é clara e corrobora nossa interpretação. Nela, discute-se a origem e a natureza do mais-trabalho. Enquanto é orientado para a produção de valores de uso, o “mais-trabalho é limitado por um círculo mais amplo ou mais estreito de necessidades”. (Marx, 2017, p. 309) Mas, a partir do momento em que o mais-trabalho é dominado pela forma do valor de troca, ele sofre uma transformação e adquire uma nova configuração histórica:

Assim que os povos, cuja produção ainda se move nas formas inferiores do trabalho escravo, da corveia etc., são arrastados pela produção capitalista e pelo mercado mundial, que faz da venda de seus produtos no exterior o seu principal interesse, os horrores bárbaros da escravidão, da servidão etc. são coroados com o horror civilizado do sobretrabalho. (Marx, 2017, p. 310)

A isso se segue:

Isso explica por que o trabalho dos negros nos estados sulistas da União Americana conservou certo caráter patriarcal, enquanto a produção ainda se voltava sobretudo às necessidades locais imediatas. Mas à medida que a exportação de algodão tornou-se o interesse vital daqueles estados, o sobretrabalho dos negros, e, por vezes, o consumo de suas vidas em sete anos de trabalho, converteu-se em fator de um sistema calculado e calculista. O objetivo já não era extrair deles uma certa quantidade de produtos úteis. *O que importava, agora, era a produção do próprio mais-valor.* (Marx, 2017, p. 310; ênfase adicionada)

Como dissemos, a passagem é clara: “*o que importava, agora, era a produção do próprio mais-valor*”.⁴ (Marx, 2017, p. 310) A colônia, que muitas vezes figura apenas como um local para a realização do valor, é aqui responsável por produzi-lo. Seu caráter, portanto, é puramente capitalista. Sem dúvida, os personagens que nela encarnam o capital são outros – ao invés de burgueses e assalariados, temos senhores e escravizados –, e as dinâmicas de violência e dominação que nela prevalecem são profundamente diferentes e em grande medida incomparáveis com aquelas da metrópole. Não seria possível estabelecer entre eles uma identidade imediata. Não obstante isso, em ambos os polos se verifica uma mesma estrutura e especificidade histórica da forma do trabalho.

Moishe Postone em *Tempo, trabalho e dominação social* afirma que “para Marx, a categoria do valor expressa as relações básicas de produção do capitalismo – as relações sociais que caracterizam o capitalismo como modo de vida social – bem como o fato de a produção no capitalismo se basear no valor” (Postone, 2014, p. 40), de modo que ela constituiria o núcleo fundamental de sua teoria. Uma consequência importante desta interpretação é o reconhecimento na obra de Marx da diferenciação entre sociedade burguesa e capitalismo, que não se confundem.⁵ A sociedade liberal burguesa, o “Éden dos direitos inatos do homem”, não é um pressuposto necessário à acumulação capital. Na verdade, o capitalismo funciona muito bem sem ela e uma grande

⁴ Vale lembrar como para Marx “a produção capitalista não é apenas produção de mercadoria, mas essencialmente produção de mais-valor”. (Marx, 2017, p. 578; ênfase adicionada)

⁵ Poderíamos remeter essa diferenciação até, por exemplo, *O 18 de brumário de Luís Bonaparte* (Marx, 2011a), em que se evidencia a autonomia da dominação econômica da burguesia frente àquela que seria a sua forma política por excelência, o parlamentarismo liberal.

prova disso é justamente a história da escravidão moderna. De todo modo, a descoberta e o reconhecimento da centralidade da categoria do valor é, contudo, o resultado final da análise, seu ponto de chegada. Chegar a esse resultado é justamente o objetivo do projeto por trás d'*O capital*: separar das formas históricas específicas do capitalismo o seu núcleo fundamental, de modo a conhecer o que o define como tal ao longo de seus diversos estágios.

Ora, o que procuramos explicitar é justamente como a colônia e o trabalho escravizado têm um papel nessa investigação. Se para Marx os escravizados nas colônias – no caso, nos Estados Unidos – não apenas produzem valor como sua produção dava o sentido e estruturava o trabalho social, então, ao menos nesse sentido, colônia e metrópole, ou melhor, trabalho escravizado e assalariado se aproximam.⁶ Para nós isso é fundamental. Pois o reconhecimento de uma tal estrutura compartilhada integra e localiza a colônia na intimidade da modernidade capitalista, situando-a sobre um solo comum ao da metrópole a partir do qual Marx pôde observar dinâmicas que, embora particulares, revelam algo de universal sobre o capitalismo. Cumpre tentarmos mostrar com maior precisão como um tal posto de observação poderia operar. Isso será feito nas próximas páginas.

3. “A fábula fala de ti, só que com outro nome!”

O trecho no qual o funcionamento desse modo de conhecer, que toma a colônia como local de desvelamento da verdade do capital, se apresenta de maneira mais explícita no já referido capítulo “A jornada de trabalho”, em um momento em que se aborda o encurtamento do tempo de vida do trabalhador como resultado do prolongamento do tempo de trabalho. Com a redução do seu tempo útil de vida, “torna-se necessária uma substituição mais rápida dos trabalhadores que foram desgastados [...]”, implicando, a princípio, em maiores perdas ao capital. A analogia construída por Marx para explicar isso não poderia ser mais ácida: “o senhor de escravos compra seu trabalhador como compra seu cavalo. Se perde seu escravo, ele perde um capital que tem de ser repostado por meio de um novo gasto no mercado de escravos.” (Marx, 2017, p. 338). “Mas”, ele logo nos adverte, nem sempre o consumo e a substituição dos trabalhadores desgastados representa uma perda para o capitalista. Para explicar o porquê disso, Marx traz à baila o livro de J. E. Cairnes, *The slave power*, citado por mais de uma vez ao longo d'*O capital*:

Precauções econômicas, que poderiam oferecer uma espécie de segurança para o tratamento humano do escravo, porquanto identificam o interesse do senhor em sua conservação, transformam-se, após a introdução do tráfico escravista, em razões para a mais extrema deterioração do escravo, pois, a partir do momento em que seu lugar pode ser preenchido por contingentes das reservas estrangeiras de negros, a duração de sua vida passa a ser

⁶ Aqui deixamos um aviso ao leitor. Neste artigo, buscaremos explorar sobretudo as semelhanças entre o trabalho escravizado e o trabalho assalariado. Isso se deve ao fato de que n'*O capital*, a verdade sobre a metrópole revelada pela colônia aparece justamente no tensionamento – por vezes um pouco exagerado – das aproximações entre esses dois modos de exploração do trabalho pelo capital. Que fique assim claro que é deliberada a escolha em focalizar suas igualdades, em detrimento de suas evidentes e já muito teorizadas dessemelhanças.

menos importante do que sua produtividade enquanto ela durar. Por isso, é uma máxima da economia escravagista, em países importadores de escravos, que a economia mais eficaz está em extrair do gado humano (*human cattle*) a maior quantidade possível de trabalho no menor tempo possível. Justamente nas culturas tropicais, nas quais os lucros anuais frequentemente igualam o capital total das plantações, a vida dos negros é sacrificada da forma mais inescrupulosa. É a agricultura das Índias Ocidentais, há séculos o berço de uma fabulosa riqueza, que tem devorado milhões de indivíduos da raça africana. É atualmente em Cuba, onde as rendas somam milhões e os plantadores são verdadeiros príncipes, que podemos ver, além da alimentação mais grosseira e da labuta mais extenuante e interminável, uma grande parte da classe escrava ser diretamente destruída a cada ano pela lenta tortura do sobretrabalho e da falta de sono e de descanso. (Cairnes *apud* Marx, 2017, p. 339)

Ao que Marx rapidamente comenta:

Mutato nomine de te fabula narratur! [A fábula fala de ti, só que com outro nome!]. Basta ler, no lugar de mercado de escravos, mercado de trabalho, no lugar de Kentucky e Virgínia, Irlanda e distritos agrícolas da Inglaterra, Escócia e País de Gales, e no lugar de África, Alemanha! Ouvimos como o sobretrabalho dizima os padeiros em Londres, e ainda assim o mercado de trabalho londrino está sempre abarrotado de alemães e outros candidatos à morte nas padarias. (Marx, 2017, p. 339)

A frase “*Mutato nomine de te fabula narratur*” é extraída das *Sátiras* de Horácio. Enquanto gênero literário, a fábula se define por ser uma composição literária breve de caráter educativo e moralizante, cujas narrativas metafóricas geralmente apresentam como personagens animais colocados em situações humanas cotidianas. A obra de Horácio, por sua vez, não é composta por fábulas de animais, mas é moralizante e construída a partir de metáforas e analogias provenientes da mitologia grego-romana. O trecho de Marx acima citado também opera por meio de uma analogia. Contudo, há nela uma diferença importante tanto em relação às fábulas quanto ao poema de Horácio, pois a metáfora em questão não nos leva nem a um universo fantástico povoado por seres e animais falantes e nem ao mito de Tântalo, mas sim à realidade mais escancarada do capital.

Por isso n’*O capital*, curiosamente, o ato de recorrer à fábula tem seu funcionamento invertido, pois o refúgio satírico que desvela a verdade não é a fantasia, mas sim o que há de mais literal e explícito no mundo capitalista. É a nudez crua da colônia que remove o manto da fantasia metropolitana. Afinal, é este o papel específico desempenhado pela colônia escravista no movimento expositivo do Livro I d’*O capital*: ela é um modo de existência que, não obstante sua particularidade, revela algo de universal sobre o capitalismo, podendo assim informar algo sobre a própria metrópole. Isso a que poderíamos nomear de “fórmula da fábula” articula dois sentidos: a) no fundo da colônia, vê-se a metrópole e b), no fundo da metrópole, vê-se a colônia. Em toda fábrica, Marx parece dizer, esconde-se uma *plantation*, e em toda *plantation*, uma fábrica. É neste jogo de espelhos, em que um polo parece se dissolver no outro, que o conteúdo do capital se desvela.

Essa dissolução de um no outro evidencia uma conceitualização da colônia e da metrópole que, longe de constituir uma dicotomia essencialista, é na verdade a con-

ceitualização de dois polos muitas vezes indistintos, embaralhados, passíveis de compreensão somente na zona de fronteira em que não se sabe sobre que solo se firmam nossos pés. A fórmula “a fábula fala de ti” se constitui ao longo d’*O capital* como uma ferramenta útil para a análise de Marx. Ao que nos parece, a comparação dos diferentes modos de existência do capital, e em particular, a comparação das diferentes formas com que o capital subjuga o trabalho fornece proveitosos lampejos para sua investigação; isto é, da observação atenta a esse jogo de espelhos, em que o assalariado branco vê no lugar de seu reflexo o rosto do negro escravizado, nosso autor retira conceitos essenciais para a crítica da economia política, e somente com ele foi possível compor a imagem e realidade do capitalismo. Trata-se, pois, de um método comparativo, realizado pela contraposição entre os diferentes-“iguais”. Em suma, há de se reconhecer como o colonialismo desempenha n’*O capital* um papel “epistemológico”. A maneira com que ele se torna método se fará mais clara nos tópicos seguintes, quando o veremos em ação.

Neste ponto, vale a pena trazermos à cena os *Grundrisse*. Na “Introdução” de seu esboço da crítica da economia política, Marx detalha seu método:⁷ partindo da representação caótica do todo, a crítica faria o movimento de descenso, procurando os conceitos abstratos mais finos e as determinações mais simples para, depois, no movimento de ascenso, já armada com as categorias mais essenciais e abstratas, poder construir em pensamento o concreto, definido como síntese de múltiplas determinações. A nossa aposta é que a “fórmula da fábula” seja um caminho para se chegar às determinações mais abstratas; talvez ela seja importante para a apropriação do concreto pelo pensamento ao identificar a lógica que articula as determinações mais simples. Da análise comparativa entre colônia e metrópole, Marx é levado a reconhecer no coração da Europa elementos que se fariam presentes e caracterizariam a periferia do capitalismo – e vice-versa.

Nesse sentido, o referencial colonial não deve ser entendido como a “verdade” do capitalismo, mas como parte da articulação e imbricamento que o capitalismo mundial em estabelecimento passa a operar. Do ponto de vista da relação entre metrópole e colônia, trata-se de um “jogo de espelhos” em que ambas as partes da relação se vêem absorvidas pela lógica do valor. Cada qual com sua diferença, mas com um viés epistêmico profundo se enquadrarmos colônia e metrópole como aspectos fundamentais da relação capitalista e de sua capacidade de produção de valor. Assim como o trabalho escravizado e a colônia não revelam a verdade sobre o capitalismo, tampouco a metrópole e o trabalho assalariado o fazem. Como parte de um todo, a colônia contém e revela uma verdade sobre o capital. E o que ela revela? A escravidão como uma das consequências últimas do desenvolvimento da forma-mercadoria, a desmesura da abstração do valor, da acumulação de capital e do sobretrabalho, a crueldade etc.

4. Um imbricamento histórico: a Guerra Civil nos Estados Unidos

N’*O capital*, o imbricamento histórico entre colônia e metrópole remete ao próprio surgimento do capital: sem meias palavras, para Marx, o sistema colonial nada

⁷ Sobre esta discussão ver Henrique Dussel, *A produção teórica de Marx: um comentário aos Grundrisse* (Dussel, 2012).

mais, nada menos “era o ‘deus estranho’ que se colocou sobre o altar, ao lado dos velhos ídolos da Europa, e que, um belo dia, lançou-os por terra com um só golpe. *Tal sistema proclamou a produção de mais-valor como finalidade última e única da humanidade*” (Marx, 2017, p. 824; ênfase adicionada). Afinal, o sistema colonial foi responsável por amadurecer

[...] o comércio e a navegação como plantas num hibernáculo. [...] Às manufaturas em ascensão, as colônias garantiam um mercado de escoamento e uma acumulação potenciada pelo monopólio do mercado. Os tesouros espoliados fora da Europa diretamente mediante o saqueio, a escravização e o latrocínio refluíam à metrópole e lá se transformavam em capital. (Marx, 2017, p. 823)

Porém, o imbricamento histórico entre trabalho assalariado e trabalho escravizado, cuja origem se confunde com a própria origem do capitalismo, é constantemente atualizado nas sucessivas transformações pelas quais o capitalismo passa. Eles estariam a tal ponto entrelaçados que transformações produtivas em um dos polos acabariam por transbordar e contaminar o outro:

Ao mesmo tempo que introduzia a escravidão infantil na Inglaterra, a indústria do algodão dava o impulso para a transformação da economia escravista dos Estados Unidos, antes mais ou menos patriarcal, num sistema comercial de exploração. Em geral, a escravidão disfarçada dos assalariados na Europa necessitava, como pedestal, da escravidão *sans phrase* no Novo Mundo. (Marx, 2017, p. 829)

Os trechos citados acima estão no já referido capítulo “A assim chamada acumulação primitiva”, um capítulo eminentemente histórico e que também pode ser considerado a conclusão do Livro I d'*O Capital*. Isso significa que muito do que nele é dito é um tratamento final dado a questões abordadas nos capítulos anteriores. Por exemplo: a afirmação de que a indústria do algodão na Inglaterra deu “o impulso para a transformação da economia escravista dos Estados Unidos” remete às discussões sobre a metamorfose da produção de algodão americana feitas em um capítulo anterior intitulado “A jornada de trabalho”.

Na verdade, o interesse pela questão da escravidão negra nos Estados Unidos e pela Guerra Civil que dela se seguiu é presente ao longo de todo o Livro I. Os Estados Unidos, pelo menos até a conclusão da guerra em 1865, eram de fato um país curioso. Sua sociedade formava um quadro contraditório. Como já mencionado, Marx considerava que, de um ponto de vista econômico, o país permanecia preso a uma relação colonial com a Inglaterra, ainda que fosse independente; não obstante isso, os Estados Unidos eram por ele tidos como a “mais moderna forma de existência da sociedade burguesa” (Marx, 2011b, p. 58).⁸ Além disso, internamente o quadro se complexifica

⁸ A citação completa é tal como segue: “Por outro lado, essa abstração do trabalho em geral não é apenas o resultado mental de uma totalidade concreta de trabalhos. A indiferença em relação ao trabalho determinado corresponde a uma forma de sociedade em que os indivíduos passam com facilidade de um trabalho a outro, e em que o tipo determinado do trabalho é para eles contingente e, por conseguinte, indiferente. Nesse caso, o trabalho deveio, não somente enquanto categoria, mas na efetividade, meio para a criação da riqueza em geral e, como determinação, deixou de estar ligado aos indivíduos em uma particularidade. Um tal estado de coisas encontra-se no mais alto grau de desenvolvimento na mais moderna forma de existência da sociedade burguesa – os Estados Unidos. Logo, só nos Estados Unidos a abstração da

com a coexistência da industrialização modernizante baseada no trabalho assalariado no Norte com a *plantation* escravista no Sul; coexistência que, como sabemos, entra em crise e desemboca em um conflito militar.

Durante o tempo em que se desenrolou a Guerra Civil Americana (1861-1865), Marx atuou como correspondente para o jornal republicano *New York Daily Tribune* e para o jornal liberal austríaco *Die Presse*, para os quais escreveu dezenas de artigos dedicados somente ao conflito. O período em que colaborou com esses jornais coincide com o período final de elaboração e escrita do Livro I d'*O capital*. Para nós, isso é central: uma leitura atenta mostrará como diversas formulações contidas n'*O capital* foram primeiramente elaboradas nesses artigos e cartas; sugerindo como a questão da escravidão se integra ao seu esforço de compreensão do capitalismo.

Como afirmou a Engels em uma carta datada de 11 de Janeiro de 1860 (Marx, 2022a, p. 241), Marx considerava o “movimento dos escravos” o evento mais grandioso que ocorria no mundo naquele momento. Não é de se estranhar, portanto, que o conflito tenha presença tão marcante ao longo do livro. Sua grandiosidade residia não apenas na importância incomensurável da emancipação imediata dos escravizados, mas também em suas consequências para o proletariado do mundo inteiro. “Desde o início do titânico conflito americano, os trabalhadores da Europa sentiram instintivamente que a bandeira estrelada carregava o destino de sua classe” (Marx, 2022b, p. 353), diz Marx em uma carta redigida em nome da Associação Internacional dos Trabalhadores e endereçada a Abraham Lincoln, no ano de 1864. Ele continua:

as classes trabalhadoras da Europa entenderam de imediato, [...] que a rebelião dos senhores de escravos soaria o alarme de uma cruzada santa geral da propriedade contra o trabalho, e que para os trabalhadores, com suas esperanças para o futuro, mesmo as conquistas passadas estavam em risco naquele tremendo conflito do outro lado do Atlântico. (Marx, 2022b, p. 354)

Em sua avaliação, a vitória da União na Guerra Civil americana representaria uma nova fase de ascensão das classes trabalhadoras europeias. Também para os trabalhadores brancos dos Estados Unidos a vitória do Norte era essencial, pois

[...] enquanto, diante do negro dominado e vendido sem o seu consentimento, jactaram-se de que a prerrogativa do trabalhador de pele branca era vender a si mesmo e escolher seu mestre; eles foram incapazes de alcançar a verdadeira liberdade do trabalho. (Marx, 2022b, p. 354)

Dois anos depois, em 1866, em uma carta enviada a François Lafargue, Marx formula a mesma ideia de uma maneira diferente. Diz ele, contente: “os trabalhadores do Norte finalmente entenderam: o trabalho em pele branca não pode se emancipar onde o trabalho em pele negra é marcado a ferro”. (Marx, 2022c, p. 340) Para aqueles familiarizados com o primeiro volume d'*O capital*, publicado um ano após a escrita dessa carta, a citação acima deve chamar a atenção, porque, ao final do já mencionado Capítulo 8, encontramos a mesma frase:

Nos Estados Unidos da América do Norte, todo movimento operário independente ficou paralisado durante o tempo em que a escravidão desfigurou uma parte da república. O trabalho de pele branca não pode se emancipar

categoria ‘trabalho’, ‘trabalho em geral’, trabalho puro e simples, o ponto de partida da Economia moderna, devem verdadeira na prática.” (Marx, 2011b, p. 58)

onde o trabalho de pele negra é marcado a ferro. Mas da morte da escravidão brotou imediatamente uma vida nova e rejuvenescida. (Marx, 2017, p. 372)

Algumas das colocações de Marx no Livro I já haviam sido formuladas antes – às vezes palavra por palavra – em seus artigos jornalísticos. Por exemplo, no Capítulo 24, ele aponta para a interdependência entre a cultura de algodão e a grande indústria e, também, entre trabalho assalariado e trabalho escravizado. Tal interdependência é enfatizada repetidamente em seus artigos. Em um deles, intitulado “O comércio britânico de algodão”, publicado em setembro de 1861 no *New York Daily Tribune*, ele afirma:

A moderna indústria inglesa, em geral, se apoiou em dois eixos igualmente monstruosos. O primeiro foi a batata como o único alimento da Irlanda [...]. O segundo eixo da indústria inglesa foi o algodão cultivado por escravos nos Estados Unidos [...]. Enquanto os produtos de algodão ingleses dependem do algodão cultivado por escravos, podemos afirmar verdadeiramente que eles se baseiam em uma dupla escravidão, a escravidão indireta do homem branco na Inglaterra e a escravidão direta do homem negro do outro lado do Atlântico. (Marx, 2022d, p. 35)

Na mesma toada, ainda no Capítulo 24, Marx aponta como “Liverpool teve um crescimento considerável graças ao tráfico de escravos. Esse foi seu método de acumulação primitiva [...]”. (Marx, 2017, p. 829) Essa constatação, por sua vez, foi primeiro formulada em artigo publicado em 1862 para o *Die Presse*, no qual ele diz: “A grandeza comercial de Liverpool é oriunda do comércio de escravos [...]. Como no século passado em relação ao comércio de escravos, o comércio do produto da escravidão – o algodão – formou a base material da grandeza de Liverpool deste século”. (Marx, 2022e, p. 155)

Percebe-se assim como o esforço de Marx para construir a imagem do mundo do capital passava necessariamente por visualizar como o valor e a luta de classes coordena, orienta e integra os mais diversos regimes de trabalho e formas de exploração. Nota-se nos escritos sobre a Guerra Civil o desenvolvimento de algo como um esboço de uma “economia política da escravidão”.⁹ Nela operam algumas das mesmas leis e categorias que descrevem o funcionamento do capitalismo assalariado na Europa, como, por exemplo, concorrência e formação de monopólio, expansão territorial, produção de mais-valor relativo, tempo de trabalho como determinante do preço das mercadorias etc. Mas poderiam colônia e metrópole serem ambas analisadas pela mesma economia política capitalista? Não seriam necessários arcaibouços teóricos diferentes?

Sem dúvida, alguns conceitos são específicos para dar conta de fenômenos particulares de um ou outro, mas é importante lembrar que colônia e metrópole são momentos de uma totalidade maior – o capitalismo mundial. Ou seja, os conceitos abstratos mais finos que Marx propõe para a análise do capitalismo – valor, valor de troca, capital, divisão do trabalho – são universais para qualquer formação capitalista. Fica assim um pouco mais claro como e por que a análise da questão da escravidão negra,

⁹ A economia política da escravidão é desenvolvida especialmente nos artigos “A Guerra Civil Norte-Americana” [*Die presse*, 25/10/1861] e “A crise na Inglaterra” [*Die Presse*, 06/11/1861]. Ver, respectivamente, Marx (2022f; 2022g).

do conflito nos Estados Unidos e de suas repercussões no movimento dos trabalhadores na Europa se incorpora à construção do argumento d'*O capital*. É precisamente esse enlaçamento histórico, evidenciado pela luta entre burguesia e assalariados, que sugere a Marx que essas duas formas de trabalho diversas entre si se aproximam e se relacionam, podendo assim revelar algo sobre o capitalismo em escala mundial. Feita essa constatação, Marx pôde incorporar o trabalho escravizado numa investigação categorial e lógica da dominação e exploração do trabalho que definem o capitalismo. Vejamos como isso se dá.

5. Da história à lógica

Recordemos brevemente os passos dados pelo capitalista, enquanto personificação do valor que se autovaloriza. Seu primeiro movimento é dirigir-se ao mercado e lá comprar duas mercadorias, a saber, meios de produção e força de trabalho. Os elementos comprados são distintos: de um lado, elementos mortos; de outro, elementos vivos. O elemento vivo pode constituir-se como mercadoria de duas formas. A primeira é como força de trabalho: neste caso, o que é alienado pelo trabalhador, em troca de um salário, é apenas sua capacidade mental e física de despender trabalho durante um período de tempo estipulado por contrato. Enquanto proprietário de si, o trabalhador vende apenas uma parte de sua existência. A segunda forma com que o trabalho se constitui como mercadoria é a da escravidão. Nela, o trabalhador em sua inteireza é vendido, contra sua vontade. A totalidade de seu ser e a totalidade de seu tempo passam a pertencer a seu comprador.

Essas duas formas guardam particularidades importantes que as distinguem uma da outra. Algumas delas são exploradas por Marx em maior detalhe no *Capítulo VI (inédito): manuscritos de 1863-1867, O capital, Livro I* (2022h). Por exemplo: o escravizado tem sua subsistência garantida por seu senhor, sendo forçado a trabalhar sob o impulso do medo exterior e da ameaça violenta; o trabalhador livre, por seu turno, não tem sua existência assegurada, e é por isso obrigado a trabalhar por força de suas necessidades. Como afirma J. Steuart, citado por Marx: “Os homens eram então forçados a trabalhar, *porque eram escravos de outros*; os homens agora são forçados a trabalhar porque são *escravos de suas próprias necessidades*”. (Marx, 2022h, p. 98) Os meios de subsistência necessários à manutenção da vida do escravizado lhe são entregues por seu senhor em sua forma natural, isto é, como valores de uso. Diferentemente, o trabalhador livre recebe seus meios de subsistência na forma de um salário e “por mais que o salário não seja nada mais que a forma *prateada* ou *dourada* [...] ou de *papel* dos meios de subsistência necessários [...] o dinheiro funciona aqui com uma forma evanescente do valor de troca”. (Marx, 2022h, p. 102)

Como resultado, por mais que seu salário lhe dê acesso a um restrito círculo de valores de uso, o trabalhador livre tem resguardada a liberdade de adquirir, com alguma variação, os bens que lhe aprouver – ele pode escolher gastar todo o seu salário em *schnapps*, por exemplo. Fundamental para nós, contudo, é a distinção que diz respeito ao que exatamente é transformado em mercadoria, e por quanto tempo. No caso do trabalhador livre, este permanece proprietário de sua capacidade de trabalho, de modo que há nele a representação e o sentimento de livre autodeterminação, acompanhados da responsabilidade que todo comerciante deve ter em relação à qualidade da mercadoria por ele vendida. Assim, “o trabalhador *deve* vender-se ao capital, mas

não a um determinado capitalista, e dentro de certas esferas, ele pode escolher a quem se vender e pode mudar seu *master*” (Marx, 2022h, p. 102; ênfase adicionada).

Marx extrai essa reflexão da obra *Practical, moral and political economy*, de T. R. Edmonds, citada longamente no *Capítulo VI*. Os trechos selecionados por nosso autor chamam a atenção por tensionar os limites da diferenciação entre o trabalhador livre e o escravizado, ao mesmo tempo em que auxiliam em sua distinção. Diz Edmonds, em uma passagem citada por Marx: “Um trabalhador livre tem geralmente a liberdade de mudar de senhor: essa liberdade distingue um escravo de um trabalhador livre, tanto quanto um marinheiro de navio de guerra inglês se distingue de um marinheiro mercante... A condição de um trabalhador é superior à de um escravo, porque um trabalhador se *considera livre*, e essa convicção, embora errônea, não exerce pouca influência sobre o caráter de uma população”. (Marx, 2022h, p. 96) De todo modo, fica patente, a partir do conjunto dessas reflexões, como o vínculo do trabalhador livre com o capitalista é limitado, a princípio, pela liberdade e extensão do contrato e pelo que é vendido. Já o escravizado, por outro lado, pertence a um determinado senhor, e a continuidade de sua relação é mantida por coação direta.

Não obstante, às discrepâncias mais evidentes entre o trabalhador livre e o escravizado se contrapõem as sutilezas de suas igualdades, sutilezas que tornam as linhas de suas diferenciações menos nítidas. Há de se notar que tão logo meios de produção e trabalho vivo são comprados, eles se tornam propriedade do capitalista. Na elaboração da força de trabalho como mercadoria, as duas formas descritas partem e preservam premissas diferentes, mas chegam a uma conclusão similar. Assalariados e escravizados se tornam propriedade do capitalista, partes de seu inventário – tal é a lógica da compra privada de mercadorias.¹⁰ Marx expõe esse procedimento da seguinte maneira:

A natureza do capital permanece a mesma, tanto em sua forma não desenvolvida como em sua forma desenvolvida. No código legal que a influência dos escravocratas impôs ao território do Novo México pouco antes da deflagração da Guerra Civil Americana, diz-se que o trabalhador, na medida em que o capitalista comprou sua força de trabalho, ‘é seu (do capitalista) dinheiro’ (“The labourer is his (the capitalist’s) money”). (Marx, 2017, p. 359, n. 152)

Uma vez tornados seus (*his*), o capitalista sem demora mistura em seu caldeirão de valorização os elementos vivos e os elementos mortos. Então, quando entram no processo de produção, os trabalhadores, já transformados em propriedade, passam por uma segunda coisificação: sua qualidade humana desaparece por completo e eles se tornam parte do capital, ou, em outras palavras, os trabalhadores se tornam eles mesmos capital. Enquanto “membros de um organismo laborativo, eles próprios não são mais do que um modo de existência específico do capital”. (Marx, 2017, p. 408) Essa assustadora metamorfose atinge um grau extremado com a introdução da maqui-

¹⁰ A mesma lógica que constitui o trabalhador como coisa confere ao capitalista a pertença das coisas produzidas pelas “coisas”. “O processo de trabalho se realiza entre coisas que o capitalista comprou, entre coisas que lhe pertencem. Assim, o produto desse processo lhe pertence tanto quanto o produto do processo de fermentação em sua adegã” (Marx, 2017, p. 262-263).

naria. “Transformado num autômato, o próprio meio de trabalho se confronta, durante o processo de trabalho, com o trabalhador como capital, como trabalho morto a dominar e sugar a força de trabalho viva”. (Marx, 2017, p. 495)

No processo de produção, o trabalhador é encarado como qualquer outro meio de produção. Na boca dos representantes do valor, a própria qualidade de “ser humano” do trabalhador é questionada: “Potter, o porta-voz seletor dos fabricantes de algodão, distingue dois tipos de ‘maquinaria’, ambas pertencentes ao capitalista e das quais uma se encontra na fábrica, outra se aloja à noite e aos domingos fora das fábricas, nos *cottages*. Uma está morta, a outra viva” (Marx, 2017, p. 650). O trabalhador é quase um morto-vivo. Em sua “voracidade de lobisomem por mais-trabalho”, o capital

avança sobre o horário das refeições e os incorpora, sempre que possível, ao processo de produção, fazendo com que os trabalhadores, como meros meios de produção, sejam abastecidos de alimentos do mesmo modo como a caldeira é abastecida de carvão, e a maquinaria, de graxa ou óleo” (Marx, 2017, p. 317-318).

Tal é a transformação do trabalhador assalariado em coisa. Mas isso não se restringe somente ao momento da produção. Como coloca Marx, em qualquer lugar e em qualquer hora, “do ponto de vista social, a classe trabalhadora, mesmo à margem do processo imediato de trabalho, é um acessório do capital tanto quanto o é o instrumento morto de trabalho.” (Marx, 2017, p. 648). Assim, “desde já, é evidente que o trabalhador, durante toda sua vida, não é senão força de trabalho, razão pela qual todo o seu tempo disponível é, por natureza e por direito, tempo de trabalho, que pertence, portanto, à autovalorização do capital” (Marx, 2017, p. 337).

O trabalhador é reduzido a ponto de se tornar apenas “tempo de trabalho personificado” (Marx, 2017, p. 317). Ora, os procedimentos de compra e subsequente coisificação do trabalhador de alguma forma se assemelham àqueles aos quais são submetidos os escravizados. Mas, para usar a expressão de Marx (Marx, 2017, p. 351), a pílula é dourada pelo contrato. O contrato, diz Marx, “prova” que o assalariado é dono de si. Mas,

Fechado o negócio, descobre-se que ele não era “nenhum agente livre”, que o tempo de que livremente dispõe para vender sua força de trabalho é o tempo em que é forçado a vendê-la, que, na verdade, seu parasita [*Sauger*] não o deixará “enquanto houver um músculo, um nervo, uma gota de sangue para explorar”. (Marx, 2017, p. 373)

Vê-se como o assalariado deixa de ser sujeito para se tornar mero objeto que serve de meio ao verdadeiro sujeito aqui: o valor. Todo o seu tempo de vida é tempo de vida que pertence à autovalorização do valor. Em outras palavras, a posse de si – leia-se, nos termos liberais, a “liberdade” e a autodeterminação do indivíduo – é ao mesmo tempo garantida e violada pelos termos do contrato de trabalho. Garantida, pois ele vende apenas a sua força de trabalho; e violada, pois o capital avança, legitimado pela assinatura de punho do trabalhador, sobre a quase totalidade de sua

vida.¹¹¹² Assim, é possível estabelecer comparações no desenvolvimento das contradições do trabalho enquanto mercadoria no mundo colonial e metropolitano, e percebemos assim que, de fato, não há nada mais igualitário que o capital, pois “diante dele, todos os seres humanos são iguais”. (Marx, 2017, p. 327)

Neste ponto, o funcionamento da colônia como “câmara de decantação da verdade oculta na metrópole”, ao qual o comentário que abre este artigo faz referência, aparece de forma cintilante, pois é na colônia que as consequências das contradições da forma mercadoria assumida pela força de trabalho sob o capital se expressam da maneira mais aberta e se desenvolvem sem recatamento. A alienação e exploração do trabalhador transformado em mercadoria atinge aqui sua máxima potência. Isso porque, no ultramar, o trabalhador não se constitui como coisa-viva, mas como coisa-morta – ou, como sintetizou Douglas Barros (2022), diferentemente do branco que permanece como “dispêndio de trabalho”, o negro “passa da forma do dispêndio de energia no trabalho à forma de objeto gasto e sem vida”.

Esta é a principal diferença entre a constituição e dominação do trabalho assalariado branco e do escravizado negro. Os primeiros preservam, mesmo que aos frangalhos, um título de “morto-vivo”, de “coisa viva”, enquanto aos últimos isso é negado, e são computados como “mortos-mortos”, “coisas mortas”. O negro escravizado passa, pois, por uma negação a mais; sua transformação em capital se dá de maneira diferente, mais radical. É na colônia que o burguês encontra terreno baldio para levar a cabo com liberdade quase ilimitada aquilo que na metrópole ele encontraria limitações, de modo que o próprio funcionamento destas limitações – conquistadas a duras penas pelos do movimento dos trabalhadores organizados e formalizadas através das

¹¹ Marx não estabelece um diálogo direto com o *Segundo tratado sobre o governo de civil* (2014) de John Locke, mas a comparação das definições de servo e escravo dadas pelo autor liberal podem nos ser úteis, ainda que indiretamente. Assim fala Locke, ao definir um assalariado: “um homem livre torna-se servo de outro ao vender ao outro [...] o trabalho que se compromete a fazer, em troca de um salário que deve receber. Tal fato faz com que faça parte da família de seu patrão e sujeito à disciplina comum da família”. (Locke, 2014, p. 76) No período de tempo limitado durante o qual é propriedade do burguês, sendo “parte de sua família”, o assalariado deixa de ser sujeito para se ver subjugado ao desejo e à vontade de seu senhor. Contudo, como nos mostrou Marx, a parcela da vida do trabalhador pertencente ao valor ultrapassa em muito aquela estipulada em contrato, de tal modo que o trabalhador não parece deixar de ser parte da constelação de posses de seu senhor juntamente à mulher deste, às suas crianças, às suas terras, ao seu dinheiro, etc. Resguardadas diferenças cruciais - como por exemplo o fato de que a lei não permite ao patrão impor castigos físicos a seus trabalhadores (que ele impõe mesmo assim, mas à margem da lei) -, não é algo *similar* o que se passa com o escravizado? Vejamos como este é definido por Locke: “Há, porém, outro tipo de servos, que recebem o nome peculiar de escravos, mantidos cativos em uma guerra justa, e são, por direito natural, sujeitos ao domínio absoluto e o poder arbitrário de seus senhores. Como já mencionei, esses homens, privados de suas vidas, e, por conseguinte, de suas liberdades, também perdem suas propriedades. E estando perante o jugo da escravidão, não têm direito a quaisquer bens e não podem ser considerados como membros da sociedade civil. A finalidade principal é a preservação da propriedade.” (Locke, 2014, p. 76-77)

¹² O que levanta a questão sobre se seria possível ao trabalhador vender somente a sua força de trabalho, como se esta fosse separável de seu espírito e de seu corpo, como se fosse possível vender-se sem abdicar da própria vontade e autodeterminação.

leis trabalhistas, direitos sociais etc. – fica mais evidente. Talvez não seja absurdo levantar a hipótese de que a compreensão do funcionamento das aparências que regulam o capitalismo na Europa seja facilitada pela visão do mundo “sem aparências” que é a colônia. A expressividade da violência capitalista periférica não admite dúvidas e não vela nada. Tudo aqui é explícito, toda verdade aparece crua – e ela não escapa à Marx.

Justamente nisso reside uma das potências anticoloniais d’*O capital*. Ao contrário da elaboração teórica eurocêntrica que não reconhece como seus os elementos coloniais constituintes da modernidade e por isso mesmo presentes nos grandes centros do capitalismo “avançado”, Marx aponta como os métodos e características do regime de acumulação colonial sempre foram a vanguarda do mundo burguês, no sentido de que nas colônias as contradições do capitalismo se manifestam de maneira direta e estridente. Eis mais um ponto em que a periferia se mostra vanguarda mundial: considerando que o emprego em massa do trabalho escravizado nas colônias antecede em muito o surgimento e a generalização do trabalho assalariado na Europa, desenvolvemos precocemente e com força máxima as contradições da forma-mercadoria do trabalho.

6. Os direitos senhoriais do burguês

Os “direitos senhoriais do burguês”, tal como os chama Marx, constituem um terreno privilegiado n’*O capital* no qual é possível perceber e trabalhar os distanciamentos e as aproximações entre os mundos colonial e metropolitano no que diz respeito aos procedimentos de disciplinamento, controle e brutalização da força de trabalho e no comportamento político dos personagens sociais envolvidos. É neste âmbito em que se nota a aproximação entre a ação dos burgueses industriais e a dos senhores, sugerindo a existência de algo como um *ethos* sacrificial em comum, além de atrelar a luta dos assalariados na Europa, em sua maioria brancos, com a dos escravizados negros nos Estados Unidos.

Visto que no interior do tempo de trabalho estipulado por contrato a força de trabalho é propriedade pertencente ao capitalista que a comprou, não é de estranhar que este reivindique seu direito de posse em sua completude, não tolerando nenhum tipo de violação à sua propriedade. Apesar dos atrevimentos e pirraças da “propriedade falante”, o capitalista reclama aquilo que é seu e que na boca de seus “tagarelas ideológicos” chama-se “liberdade do trabalho”.¹³ Sem demoras, é evidente que “a igual exploração da força de trabalho é o primeiro direito humano do capital”. (Marx, 2017, p. 364) Por lei e por direito, o capital deve ter a liberdade de explorar como quiser seus trabalhadores, sejam eles homens adultos, mulheres ou crianças. Dito de outro modo, os direitos de propriedade privada fundam a possibilidade de uma *exploração desmedida*. O direito senhorial é a garantia do parasita que não “deixará [o trabalhador] ‘enquanto houver um músculo, um nervo, uma gota de sangue para explorar’”. (Engels *apud* Marx, 2017, p. 373, citação de *Die englische Zehntundenbill*) Esta exploração desmedida, que nada mais é senão a coroação civilizada do sobretrabalho (Marx, 2017, p.

¹³ “Os legisladores estavam tão longe de querer tocar na liberdade do capital de sugar a força de trabalho adulto, ou, como eles a chamavam, ‘a liberdade do trabalho’, que conceberam um sistema especial para prevenir as consequências tão horrendas da lei fabril.” (Marx, 2017, p. 351) Marx prefere chamar a “liberdade do trabalho” de *direitos senhoriais* do burguês.

310), é ponto importante da aproximação entre assalariados brancos e escravizados negros, e é o passo final da desumanização do trabalhador, iniciada com sua transformação em propriedade.

O capítulo “A jornada de trabalho” fornece extenso relato sobre isso (mas não somente: como veremos, o Capítulo 13 também tem sua importância nesse quesito). Nele, Marx se ocupa, entre outras coisas, em descrever a ânsia do capital por estender ao máximo a jornada de trabalho de forma a ampliar a extração de mais-valor absoluto, ânsia à qual se contrapõe a autoproteção dos trabalhadores – entre o desejo de um e de outro, temos a luta de classes e a autonomia do mundo das aparências. O impulso para o prolongamento da jornada é descrito como a “voracidade de lobisomem por mais-trabalho”, que tem por resultado abusos que “não ficam aquém das crueldades dos espanhóis contra os peles-vermelhas da América”. (Marx, 2017, p. 317)

O capítulo de Marx conta com numerosos relatos, documentos e casos, informando em detalhe o grau da degradação à qual a classe trabalhadora inglesa era submetida. Um dos casos por ele mencionado, e que definitivamente se encaixa na caracterização da crueldade colonial dos abusos, é a morte de Mary Anne Walkley.¹⁴

Nas últimas semanas de junho de 1863, todos os jornais londrinos trouxeram um parágrafo com a “*sensational*” manchete: “*Death from simple Overwork*” (morte por simples sobretrabalho). Tratava-se da morte da modista Mary Anne Walkley, de 20 anos de idade, empregada numa manufatura de modas deveras respeitável, fornecedora da Corte e explorada por uma senhora com o agradável nome de Elise. (Marx, 2017, p. 327)

Ocorre que no setor modista inglês à época, a jornada das mulheres chegava a 30 horas ininterruptas durante a alta temporada, na qual os luxuosos vestidos da nobreza eram produzidos “num quarto cujo tamanho mal chegava a conter 1/3 do ar necessário” (Marx, 2017, p. 327). Eram comuns, como esperado, desmaios e crises de mal-estar entre as trabalhadoras. Tal foi o mal que acometeu Mary Anne Walkley, que não resistiu e teve no sobretrabalho a causa de sua morte. Indignada, inclusive a imprensa liberal se revoltou:

clamou o *Morning Star*, órgão dos livre-cambistas Cobden e Bright, “nossos escravos brancos são conduzidos ao túmulo pelo trabalho e definham e morrem sem canto nem glória”. Trabalhar até a morte está na ordem do dia, não apenas nas oficinas das modistas, mas em milhares de outros lugares; na verdade, em todo lugar em que o negócio prospera [...]. (Marx, 2017, p. 328-329)

Nas mãos de Marx, este caso é mostra de como a “sede vampírica” do capital, apoiada em direitos senhoriais de propriedade sobre a força de trabalho, inaugura um reino que aproxima o grau de exploração entre os mais diversos regimes de trabalho coroados pelo sobretrabalho. Há um mesmo e único destino para todos que se encontram sob o infortúnio de serem produtores de valor: seja escravizado ou assalariado, a promessa é de morte por sobretrabalho, atrofiamento mental e físico, degradação completa do corpo. Mas o caso de Mary Anne Walkley também revela a Marx – além

¹⁴ Diga-se de passagem, mas sem perder o teor de nossa hipótese de pesquisa voltada para o debate com o colonialismo: exemplos como esse aproximam Marx dos debates contemporâneos sobre o feminismo.

de uma desgraça compartilhada, ainda que diferenciadamente, por negros, brancos e indígenas – a afinidade existente entre o burguês metropolitano e o colonial que, solidários um com o outro, defendem o direito de reduzirem a nada seus instrumentos falantes. Há entre as duas criaturas uma comunhão, o reconhecimento de práticas e interesses comuns.

O *Times* usou o ocorrido para defender os escravocratas americanos contra Bright etc. “Muitos de nós”, diz o jornal, “pensamos que, enquanto fizermos nossas próprias mulheres trabalharem até a morte por meio do flagelo da fome no lugar do estalo do chicote, não teremos o direito de tratar a ferro e fogo famílias que já nasceram escravocratas e que ao menos alimentam bem seus escravos e os fazem trabalhar moderadamente” (*Times*, 2 jul. 1863). (Marx, 2017, p. 328)

Logo, não há n’*O capital* qualquer estranhamento entre o burguês na Europa industrial e o senhor nas colônias. Afinal de contas, a diferença entre eles, diz Marx em uma nota de rodapé cujo assunto é a Guerra Civil Americana, pode ser resumida à que “Pedro do Norte aluga seu trabalhador ‘diariamente’, ao passo que Pedro do Sul o aluga ‘vitaliciamente’”. (Marx, 2017, p. 328-329) Por extensão, também, visto que o jornal *Times* não titubeou, enquanto representante da burguesia, em sair em defesa dos escravocratas americanos, pode-se afirmar que não há incompatibilidade entre liberalismo e escravidão. Inclusive, a inexistência de tal incompatibilidade e a habitual defesa por parte dos porta-vozes do liberalismo das mais variadas atrocidades dá material de sobra ao deboche de Marx.

Valeria a pena trazer à baila uma outra citação, agora do *Daily Telegraph*, em que se discute jornadas de trabalho de crianças de 9 e 10 anos que se prolongam por bem mais de 12 horas:

O sistema [...] é de ilimitada escravidão, e escravidão em sentido social, físico, moral e intelectual [...]. O que se deve pensar de uma cidade que realiza uma assembleia pública para peticionar que a jornada de trabalho para os homens deve ser limitada a 18 horas? [...] Protestamos contra os plantadores de algodão da Virgínia e da Carolina. Mas seria seu mercado de escravos, com todos os horrores dos açoitamentos e da barganha pela carne humana, mais detestável do que essa lenta imolação de seres humanos que ocorre para que se fabriquem véus e colarinhos em benefício dos capitalistas? (Marx, 2017, p. 318)

Há ainda outros exemplos de notícias de jornal citadas por Marx nas quais o trabalho assalariado parece se igualar em gênero e grau à brutalização característica do trabalho escravizado. Comentando as leis compulsórias para o prolongamento da jornada de trabalho, Marx ironiza:

O mesmo parlamento “reformado” que, em sua delicada consideração pelos senhores fabricantes, condenou crianças menores de 13 anos, por longos anos, ao inferno de 72 horas de trabalho semanal na fábrica, por outro lado estabeleceu na Lei de Emancipação, que também concedia a liberdade gota a gota, que os plantadores ficavam doravante proibidos de fazer seus escravos negros trabalharem por mais de 45 horas semanais! (Marx, 2017, p. 352)

A atenção dada às semelhanças no tratamento disciplinar dado aos trabalhadores submetidos à exploração capitalista na colônia e na metrópole continua no capítulo “Maquinaria e grande indústria”. Em determinado momento, Marx se detém no

trabalho domiciliar realizado nas *mistresses houses* [casas de mestras], onde a jornada de trabalho de mulheres e crianças girava em torno de 12 horas diárias ou mais. “À medida que a jornada avança”, diz Marx, “as *mistresses* usam de uma ‘vara longa’ para incentivar as rendeiras a manterem o ritmo de trabalho”. (Marx, 2017, p. 538) A isto se segue a citação de um relatório da *Children’s Employment Commission*: “‘ao final de sua longa prisão numa atividade monótona, prejudicial à visão e estafante por causa da uniformidade da postura corporal, as crianças se cansam cada vez mais, tornando-se inquietas como pássaros. É um verdadeiro trabalho escravo’ (*Their work is like slavery*)’.” (Children’s Employment Commission *apud* Marx, 2017, p. 538-539) Neste ponto, em que se expõe a apropriação por Pedro do Norte da violência disciplinar que normalmente se atribui apenas a Pedro do Sul, figura a indignação do inspetor de fábrica Leonard Horner ao “‘ouvi[r] fabricantes falar com inescusável frivolidade de alguns acidentes; a perda de um dedo, por exemplo, seria uma ninharia’” (Horner *apud* Marx, 2017, p. 499)

Há ainda, contudo, antes de encerrarmos, mais um ponto importante no qual a nitidez da distinção entre assalariado e escravizado parece se ofuscar. Trata-se do momento, no Capítulo 22, em que a própria troca de equivalentes, *sem violar em aparência o contrato*, se torna o seu contrário, isto é, se torna troca sem equivalente. Expliquemos. O objetivo de Marx neste capítulo é investigar a reconversão do mais-valor em capital. Para isso, ele lança mão do exemplo de um fiandeiro que, como capitalista individual, lança £10 mil, gerando um mais-valor de £2 mil que é recapitalizado, e assim em diante num movimento espiralado – “é a velha história, Abraão gerou Isaac, Isaac gerou Jacó etc.” (Marx, 2017, p. 657) Mas ele se pergunta, de onde vieram os £10 mil iniciais? A economia política clássica responde: do trabalho do fiandeiro ou de seus antepassados. Mesmo supondo que isto seja verdade, diz Marx:

Totalmente diverso é o que ocorre com o capital adicional de £2 mil. Conhecemos com plena exatidão seu processo de surgimento. Trata-se de mais-valor capitalizado. Desde sua origem, ele não contém um só átomo de valor que não derive de trabalho alheio não pago. [...] Quando esta última [a classe capitalista], com uma parte do tributo, compra força de trabalho adicional da primeira [a classe trabalhadora] – ainda que lhe pague seu preço integral, de tal modo que seja trocado equivalente por equivalente –, ela continua a agir segundo o velho procedimento do conquistador que compra as mercadorias dos vencidos com o dinheiro que roubou destes últimos. (Marx, 2017, p. 658)

O resultado disso para Marx é a transformação da troca de equivalentes em seu oposto, isto é, no “procedimento do conquistador”. É o próprio desenvolvimento contraditório da lógica do valor e da produção capitalista de mercadorias que nega aquele que deveria ser seu pressuposto e resultado, a troca de equivalentes.¹⁵ Assim, é apenas

¹⁵ Aqui abre-se um debate que infelizmente deverá escapar à nossa discussão. Não obstante, o seguinte há de ser apontado: o trecho acima citado contrasta em alguma medida com as formulações feitas por Marx no Capítulo 4, segundo as quais a reprodução capitalista em escala ampliada é possível pois, se, na esfera da circulação de mercadorias, equivalente é trocado por equivalente, na esfera da produção de mercadorias o trabalhador produz mais valor que recebe, valor que é embolsado como lucro pelo capitalista. *O que Marx procura fazer no Capítulo 22 é mostrar como a lei de troca de equivalentes se transforma, por força própria e no interior do próprio do processo de circulação, em seu oposto. A lei de troca abriga a própria transgressão. O*

na aparência que o contrato de troca permanece inviolado; o que por seu turno não significa dizer que ele é *falso* e inoperante (lembramos a citação de Edmonds acerca da influência da convicção de liberdade sobre o caráter de uma população). Colocando de maneira direta, o que nos é descrito é que o desenvolvimento dialético da exploração do trabalho assalariado na metrópole acaba por transformá-la em algo que a aproxima das formas de conquista e exploração coloniais, definidas por sua apropriação sem equivalentes.

A distinção inicial – e real – da qual partimos é tal como se segue: na colônia a extração de mais-valor dos escravizados preserva sua violência originária, fixando-a como seu regime por excelência. Diferentemente, na metrópole um universo singular de aparências é erguido: o Direito, as leis fabris, os contratos, a liberdade e a autodeterminação do trabalhador etc. que, garantidos pelo Estado, impõe limites à exploração. Assim, a princípio, a acumulação capitalista seria repartida em dois regimes: um justo e livre, outro tirano e cativo. Porém, o que Marx nota é que a imposição na metrópole desse conjunto de restrições logo entra em contradição, por um lado, com os direitos senhoriais e as exigências de autovalorização do valor e, por outro, com as contradições do movimento dialético do valor. Quando, no desenvolvimento da lei do valor, a troca de equivalentes se torna o seu oposto, o regime de acumulação da metrópole adentra um terreno em que se torna difícil distinguir expropriação de exploração. Esfumaça-se, assim, mais uma vez, aquela sólida separação entre trabalhador livre e escravizado. Trata-se, há de se ressaltar, de um turvamento pelo reconhecimento de igualdades e semelhanças entre os dois polos, e não da abolição de suas diferenças, o que implicaria em admitir que são a mesma coisa.

Considerações finais

Partimos de uma nota de rodapé que, não obstante seu caráter marginal, nos pôs diante de um dos principais eventos políticos do século XIX – a Guerra Civil nos Estados Unidos. Este evento – fundamental em sua implicação política para as organizações de luta da classe trabalhadora europeia –, por sua vez, atraiu a atenção de Marx para a atualização dos processos de acumulação primitiva e dos elementos propriamente coloniais na modernidade capitalista. A franqueza, e este é seu mérito, com que a razão econômica se manifesta na colônia escravista acabou por mostrar a nosso autor a imagem do mundo moldada à semelhança do burguês. *A verdade da colônia, como vimos, é a explicitação das contradições universais do capital, trazidas à tona e reveladas pelo trabalho escravizado.* Em seu esforço para separar o núcleo que define o capital enquanto tal de seus diferentes estágios, Marx notou como a metrópole acaba por desvelar parte de seu conteúdo na passagem, na dissolução e na aproximação com a colônia e vice-versa. Do movimento que vai de um polo ao outro, temos o conteúdo

momento da injustiça pertencente inicialmente à esfera da produção “invade” a esfera da circulação; afinal, a justiça do equivalente se ergue sobre a injustiça da desigualdade social entre contratado e contratante. O respeito à lei da troca de equivalentes no interior mesmo da circulação só pode ter como resultado a imutabilidade, a estagnação – cada ato de troca anula o outro e permanece-se no mesmo lugar (Adorno, 1969). Mas a acumulação de capital não pode aceitar a estaticidade, sua lei é dinâmica por definição. Assim, a lei de troca de equivalentes na sociedade burguesa só conhece o progresso lá onde ela nega a si própria; lá onde se forma uma imagem dialética na qual ao mesmo tempo se respeita e transgride a lei do equivalente.

de verdade sobre o capitalismo, daí o sentido da citação “A fábula fala de ti, só que com outro nome!”. Assim, Marx parte de um nível histórico e político imediato – acontecimentos políticos, guerras, em artigos de jornais etc. – para retirar conclusões universais em nível lógico acerca da operação das categorias do capital e seu desenvolvimento contraditório.

Nesse sentido, portanto, poderíamos ilustrar a teoria crítica de Marx como sendo um pouco como o navio a vapor de Marlow, que quanto mais se distancia da civilização, adentrando na selva escura e selvagem, mais se aproxima do coração da própria civilização. Quando a crítica, ao navegar pelos rios coloniais, chega ao último e mais distante entreposto comercial, ela se depara com a alma do burguês que, “sozinha na selva, [...] havia olhado para si mesma e, céus! lhes digo que tinha enlouquecido”. (Conrad, 2019, p. 162) Se o sussurro da selva enlouqueceu Kurtz ao lhe mostrar “coisas a seu respeito que ele desconhecia, coisas sobre as quais ele nada concebia antes de se aconselhar com a grande solidão” (Conrad, 2019, p. 137), para Marx, já despedido de qualquer ilusão com o progresso burguês, o mesmo sussurro lhe serviu para desencantar a Modernidade e abrigar dentro de sua teoria esse *aparente* paradoxo entre a colônia e a metrópole. O mesmo sussurro lhe propiciou a intuição de que o trabalho escravizado realizado por negros poderia revelar uma verdade, por sua proximidade, acerca do trabalho assalariado. Assim, sua teoria pôde se estender não apenas para os territórios coloniais, mas também se aprofundar ainda mais nos cantos ocultos da própria metrópole que, embriagada em sua arrogância, é incapaz de ver ou admitir que em seu íntimo habita a mais selvagem das colônias.

Referências

- ADORNO, Theodor W. “Fortschritt”, *In: ADORNO, Theodor W. Stichworte*. Berlim: Suhrkamp Verlag, 1969, p. 29-50.
- ANDERSON, Kevin B. *Marx nas margens: nacionalismo, etnias e sociedades não ocidentais*. São Paulo: Boitempo, 2019.
- ARANTES, Paulo Eduardo. “A fratura brasileira do mundo: visões do laboratório brasileiro da mundialização”. *In: ARANTES, Paulo Eduardo. Zero à esquerda*. São Paulo: Conrad Editora do Brasil, 2004, p. 25-79.
- BARROS, Douglas Rodrigues. “A tensa relação entre Fanon e Mbembe”. *Revista Rosa*, São Paulo, v.5, n.3, jul-dez, 2022.
- CONRAD, Joseph. *Coração das trevas*. São Paulo: Ubu, 2019.
- DUSSEL, Henrique. *A produção teórica de Marx: um comentário aos Grundrisse*. São Paulo: Expressão Popular, 2012.
- FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Cia. das Letras, 2007.
- HARVEY, David. *Para entender O capital*. São Paulo: Boitempo, 2013.
- LOCKE, John. *Segundo tratado sobre o governo civil*. São Paulo: Edipro, 2014.
- MARX, Karl. “Karl Marx a Friedrich Engels (Manchester). Londres, não antes de quarta-feira, 11 de janeiro de 1860”. *In: MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. A Guerra Civil dos Estados Unidos*. São Paulo: Boitempo, 2022a.
- MARX, Karl. “A Abraham Lincoln, presidente dos Estados Unidos da América. The Daily News, n. 5.813, 23 de dezembro de 1864. Escrito entre 22 e 29 de novembro de 1864”. *In: MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. A Guerra Civil dos Estados Unidos*. São Paulo: Boitempo, 2022b.
- MARX, Karl. “Karl Marx a François Lafargue (Bordeaux). Londres, segunda-feira, 12 de novembro de 1866”. *In: MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. A Guerra Civil dos Estados Unidos*. São Paulo: Boitempo, 2022c.
- MARX, Karl. “O comércio britânico de algodão. New York Daily Tribune, n. 6.405, 14 de outubro de 1861. Londres, 21 de setembro de 1861”. *In: MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. A Guerra Civil dos Estados Unidos*. São Paulo: Boitempo, 2022d.
- MARX, Karl. “O sentimento anti-intervencionista. Die Presse, n. 34, 4 de fevereiro de 1862. Londres, 31 de janeiro de 1862”. *In: MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. A Guerra Civil dos Estados Unidos*. São Paulo: Boitempo, 2022e.
- MARX, Karl. “A Guerra Civil Norte-Americana. Die Presse, n. 293, 25 de outubro de 1861. Londres, 20 de outubro de 1861”. *In: MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. A Guerra Civil dos Estados Unidos*. São Paulo: Boitempo, 2022f.
- MARX, Karl. “A crise na Inglaterra. Die Presse, n. 305, 6 de novembro de 1861. Londres, 1º de novembro de 1861”. *In: MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. A Guerra Civil dos Estados Unidos*. São Paulo: Boitempo, 2022g.
- MARX, Karl. *Capítulo VI (inédito): manuscritos de 1863-1867, O capital, Livro I*. São Paulo: Boitempo, 2022h.
- MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política – Livro I: o processo de produção do capital – 2. ed.* São Paulo: Boitempo, 2017.
- MARX, Karl. *O 18 de brumário de Luís Bonaparte*. São Paulo: Boitempo, 2011a.

MARX, Karl. *Grundrisse*: manuscritos econômicos de 1857-1858 – esboços da crítica da economia política. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2011b.

OLIVEIRA, Francisco de. “A vanguarda do atraso e o atraso da vanguarda”. In: OLIVEIRA, Francisco de. *Os direitos do antivalor*. Petrópolis: Vozes, 1998

POSTONE, Moishe. *Tempo, trabalho e dominação social*: uma reinterpretação da teoria crítica de Marx. São Paulo: Boitempo, 2014.

PRADO JR., Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

SCHWARZ, Roberto. *As ideias fora do lugar*. In: SCHWARZ, Roberto. *As ideias fora do lugar*. São Paulo: Penguin-Companhia, 2014.

Recebido em 21 de março de 2024

Aprovado em 15 de novembro de 2024